COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.397, DE 2015

Dá nova redação à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para garantir a contratação e a manutenção no emprego de mulheres nas empresas que exploram concessões florestais.

Autor: Deputado ANGELIM

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

De autoria do Deputado Angelim, o projeto de lei sob parecer, ao alterar dispositivos da Lei nº 11.284, de 2006, reserva percentual mínimo de cinco por cento de empregos para mulheres em empresas que exploram concessões florestais.

A proposição, sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, recebeu parecer favorável na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Após a apreciação desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposição receberá ainda parecer da Comissão de Finanças e Tributação, quanto ao mérito e sob seu aspecto de adequação financeira e orçamentária, e da Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania, a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

No prazo regimental, no âmbito desta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto. Nos termos do art. 32, XVIII, alínea “o”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da proposição.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição sob análise se mostra meritória e relevante, pois, ao implementar percentual mínimo de vagas de empregos para mulheres nas empresas que exploram concessões florestais, concretiza medida que visa promover uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. É inegável o avanço, experimentado no País, da participação feminina no mercado de trabalho. Se antes elas eram uma minoria, hoje, em alguns segmentos, a participação feminina chega a ser, por vezes, dominante. Entretanto, apesar dessa constante evolução, ainda não podemos dizer que existe uma plena igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores.

A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, do qual o Brasil é signatário, traz grandes avanços nas questões relativas à igualdade entre homens e mulheres quando indica que a adoção de medidas especiais de caráter temporário é necessária para acelerar a igualdade de fato entre homens e mulheres. No seu artigo 5º sugere que os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres, com o objetivo de alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas já institucionalizadas na sociedade. Ademais, a própria Constituição Federal, no art. 5º, enuncia o princípio da igualdade.

A medida proposta pelo projeto de lei se encontra perfeitamente alinhada com os objetivos pretendidos pela Convenção retrocitada, bem como com os direitos e garantias fundamentais, em especial com o princípio da igualdade de gênero. Portanto, a aprovação da proposta é

medida que se impõe.

Diante do exposto, no que tange às competências desta Comissão, manifestamos o nosso voto, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.397, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora

2015-25222